



Vigilantes do Tocantins fecham acordo coletivo



Na Assembleia realizada ontem, dia 31/03, os vigilantes do Estado do Tocantins aprovaram a proposta apresentada pelos patrões, após um longo processo de negociação salarial.

As assembleias de aprovação aconteceram de forma simultânea nas cidades de Palmas, Araguaína e de forma virtual, fazendo com que todos os vigilantes que tiverem interesse em participar da discussão participassem.

Veja como ficou:

O INPC anual estava em 4,77% e o índice aprovado foi 7%, o que totaliza ganho real de 2,23% no salário.

Os salários serão pagos até o 5º dia útil e será de R\$ 2.142,36.

O vale alimentação passará a ser no valor de R\$ 35,00, que será pago até o dia 25 do mês subsequente ao vencido.

A mobilização da categoria, conduzida pelo presidente Fábio e pelos diretores do Sindicato dos Vigilantes do Estado do Tocantins foi essencial para esta vitória.

FONTE: CNTV

SINDSEGUR NA LUTA PELOS DIREITOS DOS VIGILANTES PATRIMONIAIS DO BANCO DO BRASIL



Durante a manhã de hoje, o SINDSEGUR, junto aos companheiros do Sindbancários, do Sindhoteleiros e da Intersindical, participaram de um ato na cidade de Natal/RN para denunciar a postura da EVP com os vigilantes patrimoniais do Banco do Brasil.

Ocorre que com a mudança de empresa que irá assumir a operação nas agências do Rio Grande do Norte, a EVP tem cometido práticas de etarismo contra os trabalhadores da categoria e tem se recusado a contratar profissionais com mais de quarenta anos de idade.

Além de violar o direito fundamental à igualdade no emprego, essa prática afeta brutalmente a saúde mental dos vigilantes, quais muitas vezes são o único provedor de renda em seus lares.

Na ocasião, nossos dirigentes foram firmes em seus discursos e pontuaram como o avanço do neoliberalismo tem ceifado a qualidade

de vida dos trabalhadores brasileiros, que precisam trabalhar até o final da vida para conquistar o direito a aposentadoria, mas enquanto dedicam longas horas de suas vidas ao trabalho, se veem descartados como objetos pelos empresários e pelo modo de produção capitalista.

Houve também uma manifestação em frente a agência do BB na cidade de Caicó/RN, pedindo a manutenção dos trabalhadores vigilantes do contrato com a empresa ADS.

Diante disso, enquanto sindicato que representa os interesses dos vigilantes patrimoniais do Rio Grande do Norte, não nos calaremos. Reivindicamos um posicionamento do Banco do Brasil e não cessaremos a luta, a EVP modifique essa conduta tão cruel e desumana com nossa categoria.

FONTE: SINDSEGUR RN

Paim defende redução da jornada de trabalho sem corte salarial



O senador Paulo Paim (PT-RS) voltou a defender a redução da jornada de trabalho sem que haja redução salarial. Ele é o autor da PEC 148/2015, proposta de emenda à Constituição que prevê tal redução. Em pronunciamento no Plenário nesta segunda-feira (31), ele reiterou que a medida representaria um avanço social importante.

Paim disse que a redução da jornada de trabalho traria impactos positivos significativos, como melhoria da qualidade de vida, da saúde mental e da motivação dos trabalhadores, além de promover a geração de emprego e o fortalecimento das relações sociais. Também afirmou que estudos internacionais realizados em países como Alemanha e Islândia demonstram que a diminuição da carga horária pode aumentar o desempenho empresarial e reduzir acidentes de trabalho.

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Anibal Bispo

— Essa medida é essencial para a vida das pessoas. O potencial é enorme: melhora da qualidade de vida, da saúde mental; redução do estresse; mais tempo livre, que permite que o trabalhador tenha mais tempo para estudar, para atividades pessoais, para a convivência familiar e comunitária; e melhora da produtividade.

O senador lembrou que sua proposta, a PEC 148/2015, está em análise na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), aguardando parecer. E ressaltou que, além dela, outras iniciativas semelhantes estão em tramitação no Congresso Nacional, como o PL 1.105/2023, de autoria do senador Weverton (PDT-MA).

— Reduzir a jornada de trabalho é uma oportunidade para construirmos um modelo mais justo e produtivo, que promova não só o crescimento econômico, mas também o bem-estar social e a garantia de direitos. Creio que o Brasil pode avançar para um modelo de trabalho mais moderno, mais humanitário. Podemos, juntos, construir um país melhor, com mais qualidade de vida para todos, emprego e renda.

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3224-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF